

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00004310-8

## TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado neste ato pela Promotora titular da 21ª Promotoria de Justiça de Joinville, Simone Cristina Schultz Corrêa, com atuação na **CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS**, e a pessoa física **CONRADO BOLDT**, inscrito no CPF 217.064.179-34, proprietário do imóvel localizado na Estrada Quiriri, 4531, após a Escola Municipal Professor Honório Saldo, interior da APA Dona Francisca, bairro Pirabeiraba, nesta cidade de Joinville/SC,

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais, coletivos, difusos e individuais indisponíveis, sendo órgão encarregado para promover Inquérito Civil e Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente, conforme arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, foi erigido pelo art. 225 da Constituição Federal como um direito de todos;

**CONSIDERANDO** que o conceito de meio ambiente descrito na Constituição Federal traduz como interesse difuso, cuja titularidade a todos interessa, incluindo-se neste conceito de titularidade as gerações futuras, sequer nascidas, bem como a necessidade de preservação do meio ambiente ser obrigação imposta a todos, sem exceção;

**CONSIDERANDO** que o art. 2º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, considera o meio ambiente patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, e aponta para a nação brasileira a diretriz da preservação, melhoria

e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;

**CONSIDERANDO** que a condução responsável e legítima de atividade econômica que possa causar e/ou tenha causado consideráveis impactos ambientais requer que em sua implantação seja permitido um real monitoramento por parte da sociedade civil organizada, inclusive através da recuperação de áreas indevidamente degradadas;

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

**CONSIDERANDO** que o não cumprimento da legislação ambiental, assim como a falta de licenciamento provoca degradação ao meio ambiente, causando risco à saúde pública;

**CONSIDERANDO** o Inquérito Civil Público n.º 06.2020.00004310-8, em trâmite nesta 21ª Promotoria de Justiça de Joinville sob a presidência da Promotora de Justiça signatária, o qual investiga denúncia de aterro com barro em área de preservação permanente, no imóvel localizado na Estrada Quiriri, 4531, após a Escola Municipal Professor Honório Saldo, interior da APA Dona Francisca, bairro Pirabeiraba, nesta cidade de Joinville/SC;

**CONSIDERANDO** que foi lavrado pelo órgão ambiental municipal do Auto de Infração Ambiental n. 5066/2016 em 24/08/2016, que originou o Procedimento Administrativo Ambiental n. 0598/2016, tendo como fato gerador terraplanagem sem licença ambiental nas margens de córrego em Área de Preservação Permanente e na APA Serra Dona Francisca, no imóvel do Compromissário Conrado Boldt;

**CONSIDERANDO** que a Lei 6.938/81, em seu art. 14, § 1º, estabelece

a responsabilidade civil objetiva por danos ambientais (independentemente da existência de culpa);

**CONSIDERANDO** que restou constatada, conforme relatórios técnicos acostados aos autos, a necessidade de implementação de Projeto de Recuperação de Área Degradada, conforme Termo de Decisão SEI n. 3753853/2019 – SAMA.AAJ.PAA (fl. 40);

**CONSIDERANDO** que em decorrência disso foi lavrado novo Auto de Infração Ambiental sob n. 3423;

**CONSIDERANDO**, pois, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, para lavrar com os interessados Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta às exigências legais, prevista nos artigos 127 e 129, inciso II e III, ambos da Constituição Federal, no artigo 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei n. 8.625 e Lei Complementar Estadual n. 738/2019,

### **RESOLVEM**

celebrar o presente Compromisso de Ajustamento de Conduta, com a permissão do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24-07-85, mediante os seguintes termos:

**Cláusula 1ª** - O COMPROMISSÁRIO **CONRADO BOLDT** compromete-se a confeccionar Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, prevendo a reparação dos danos ambientais causados, nos termos da Decisão SEI n. 3753853/2019 – SAMA.AAJ.PAA (fl. 40), quais sejam:

- 1. Remover o aterro do local e dar destinação adequada**, conforme legislação vigente;
- 2. Apresentar e protocolar na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD** para aprovação do corpo técnico do referido

órgão ambiental, com vistas a recuperar o local, seguindo a IN SAMA n. 002/2018;

3. Apresentar registro do imóvel no **Cadastro Ambiental Rural (CAR)** e extrato contendo as informações prestadas no referido cadastro

4. Além de outras que venham a ser indicadas pelo Órgão Ambiental Municipal – SAMA – objetivando a recuperação integral da área.

**Cláusula 2ª – O COMPROMISSÁRIO CONRADO BOLDT** compromete-se a dar efetivo início às obras de execução do Projeto de Recuperação a partir da aprovação do documento pelo órgão ambiental competente, devendo apresentar comprovante do protocolo do PRAD nesta Promotoria de Justiça em até 60 (sessenta) dias da assinatura do presente acordo;

**Cláusula 3ª – A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SAMA** monitorará o PRAD pelo prazo indicado pelo órgão ambiental quando da sua aprovação, período no qual o **COMPROMISSÁRIO CONRADO BOLDT** deverá apresentar, trimestralmente – em não sendo estipulado outro prazo pelo **órgão ambiental** –, relatórios de execução e de manutenção ao órgão ambiental e cópia digital nesta Promotoria de Justiça das etapas já concluídas do projeto;

**Parágrafo Primeiro** - Na sequência de cada relatório apresentado pelo **COMPROMISSÁRIO** à SAMA, o órgão ambiental fará vistoria e avaliação técnica acerca das condições ambientais encontradas, encaminhando a esta PJ, em até 30 (trinta) dias do protocolo administrativo pelo **COMPROMISSÁRIO**, o respectivo laudo (com cópia do referido relatório), dando conta do monitoramento e esclarecendo tecnicamente se o objetivo do PRAD está sendo alcançado com êxito;

**Cláusula 4ª – O Ministério Público** se compromete a não adotar qualquer medida judicial, coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados;

**Cláusula 5ª** - O não cumprimento das cláusulas ajustadas, pelo **COMPROMISSÁRIO**, implicar-lhe-á no pagamento de multa R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada atividade e prazo descumpridos do cronograma físico de execução do PRAD, bem como deste acordo, que será revertido ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

**Cláusula 6ª**. O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa o **COMPROMISSÁRIO** de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa que diga respeito às normas ambientais correlatas, bem como ao processo de licenciamento ambiental referente a eventual continuidade das atividades que no local se pretenda.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o presente Termo em 3 vias, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, tão logo homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Joinville, 5 de outubro de 2021

Assinado Digitalmente

**Simone Cristina Schultz Corrêa**

Promotora de Justiça

---

**Conrado Boldt**

Compromissário

M